

Franz-Wilhelm Heimer¹

Estudos africanos em Portugal: Que agenda?²

Estudos africanos: delimitação do campo e situação em Portugal

No plano internacional, os estudos africanos existem desde há meio século como domínio interdisciplinar em ciências sociais. Enraizados em numerosos países europeus, americanos e, cada vez mais, africanos, produziram (e continuam a produzir) uma investigação ampla e diversificada e um impressionante leque de publicações (monografias e colectâneas, periódicos, relatórios e *working papers*, crescentemente também textos na internet). Foram criados inúmeros programas de estudos universitários a todos os níveis, existe uma rede de bibliotecas especializadas, algumas de grande envergadura, e realizam-se com grande frequência conferências e colóquios de natureza local, nacional e internacional. Encontra-se muito adiantado um processo de institucionalização, através de instituições especializadas em estudos africanos ou departamentos de instituições mais abrangentes; estes estão interligadas em vários moldes, desde associações nacionais de africanistas até redes nacionais e internacionais de instituições africanistas.

Embora em Portugal tenham existido desde há muito estudos sobre África, os *Modern African Studies*, no sentido atrás referido, começaram a desenvolver-se só a partir do 25 de Abril de 1974. Volvidas quase três décadas sobre aquela data, um primeiro balanço ensaiado pelo autor³ aponta para avanços que vão muito para além do que se podia esperar, mas também para algumas debilidades e deficiências. É contra este pano de fundo que se procura aqui tecer algumas reflexões sobre possibilidades e modalidades para garantir a continuação de um processo de consolidação e de crescimento.

O ponto de partida para um exercício desta natureza consistirá, naturalmente, em recapitular, de forma sintética, os pontos centrais do balanço acima referido, escrito há quase dois anos.

Do lado positivo, pode e deve destacar-se antes de tudo a já impressionante “massa crítica” de pessoas que adquiriram uma competência real, obviamente variável, no campo dos estudos africanos, e um *habitus* de colaboração interdisciplinar que faz inveja a

¹ Professor catedrático jubilado de sociologia e estudos africanos do ISCTE. Actualmente Presidente da Direcção do Centro de Estudos Africanos do ISCTE.

² Este texto, redigido como base para uma conferência a ser apresentada no colóquio sobre “Espaços, fronteiras e memórias em África” (Silves, 23+24/10/2003), constitui apenas um esboço de carácter inteiramente preliminar. É favor não citar!

³ Franz-Wilhelm Heimer, “Estudos africanos em Portugal: Balanço das dinâmicas actuais”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 1/2001, pp. 11 a 26.

muitos outros domínios, inclusive noutros países. A seguir, convém destacar o volume muito considerável de actividades desenvolvidas - um ensino a todos os níveis, uma investigação ligada à obtenção de numerosos graus académicos ou realizada por equipas encabeçadas por doutorados, frequentes conferências e colóquios de alcance muitas vezes internacional, publicações periódicas e não periódicas de crescente peso. E tudo isto apoiado numa institucionalização, essencialmente sob a forma de centros universitários, que constitui um suporte de índole inteiramente nova⁴

Do lado negativo, permanecem as dificuldades e deficiências assinaladas no balanço: um número muito exíguo de pessoas que - enquanto docentes, investigadores e bolseiros - possam dedicar-se integralmente ao domínio dos estudos africanos; a inexistência de uma biblioteca especializada de grande envergadura; uma situação no campo das publicações que, apesar de certas melhorias, continua a ser francamente insatisfatória. A esta lista, é preciso acrescentar um dado que de certa maneira lhes é subjacente: o de uma debilidade maior ou menor, e em termos que variam de caso para caso, de todas as estruturas institucionalizadas - universitárias e não universitárias - especializadas em estudos africanos. Esta debilidade é ainda acentuada pelo facto de a tentativa de criar uma estrutura nacional de articulação entre elas, sob a forma da Rede Inter-Universitária de Estudos Africanos, encontrar-se desde há quase dois anos num estado de total inoperacionalidade.

Elementos para uma agenda estratégica dos estudos africanos em Portugal

Na situação aqui descrita, uma tentativa de esboçar uma agenda para os estudos africanos em Portugal pressupõe uma inequívoca motivação, mas ao mesmo tempo um grande realismo.

É a exigência de realismo que aponta para a necessidade de começar pelo lado das estruturas e instituições. Os progressos verificados a este nível, durante as últimas décadas, são no essencial tributários dos avanços verificados em Portugal, no âmbito do ensino superior e, em diferido, no da investigação científica, graças sem dúvida a um esforço acrescido do próprio País, mas em larga medida devido às contribuições muito substanciais oriundos dos fundos estruturais da União Europeia. Ora, a crise das finanças públicas, patente desde o ano passado, conduziu o governo a uma política de compressão das despesas que começa a afectar o ensino superior e a investigação científica, havendo motivos bastantes para reexaminar reduções significativas do nível de recursos atribuídos, em comparação com os últimos anos. Os fundos estruturais europeus continuam, em princípio, garantidos até 2006, mas como são utilizáveis só em combinação com a correspondente contribuição nacional, podem - e até certo ponto provavelmente vão - não reverter em benefício efectivo.

⁴ Note-se que existem algumas poucas estruturas extra-universitárias que, pela sua vocação, incidem também no campo aqui focado, mas cujas futuras possibilidades de contribuir para este campo, especialmente em termos de investigação, se afiguram limitadas e nalguns casos incertas.

Por ora, os elementos disponíveis não permitem prever com a necessária segurança os contornos exactos do cenário que se anuncia. Pode, inclusive, esperar-se que as reacções da parte do ensino superior e da investigação científica surtam efeitos capazes de atenuar significativamente os impactos da constelação descrita. De qualquer modo, há duas conclusões que parecem impor-se na perspectiva de uma consolidação institucional do domínio dos estudos africanos.

- Afigura-se imperioso a constituição, neste domínio, de no mínimo um “laboratório associado”, reconhecido pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Convém recordar que, de entre os centros de estudos africanos actualmente existentes, há apenas três reconhecidos pela FCT como “Unidades de Investigação & Desenvolvimento”, tendo um a classificação “muito bom” e dois a de “bom”. Este estatuto tem vindo a garantir um certo financiamento de base bem como o direito a apresentar projectos de investigação e candidaturas a bolsas (de mestrado, de doutoramento e pós-doutorais). São exactamente estes tipos de financiamento que estão actualmente em risco de ver o seu volume reduzido mais ou menos significativamente. Ora, a modalidade que põe as “Unidades de I & D” ao abrigo desta contingência é a passagem para o estatuto recém criado de “laboratório associado” (distinto dos Laboratórios de Estado). Os “laboratórios associados” podem ser constituídos por uma ou mais “Unidades de I & D” que, preenchendo um determinado número de requisitos, concluem um contrato-programa com a FCT (investigação complementada por conferências e publicações). Ao abrigo deste programa, não apenas são beneficiários de um financiamento básico mais substancial e seguro, como têm a possibilidade de contratar anualmente um certo número de investigadores doutorados, por períodos de 5 a 10 anos; adicionalmente, têm facilidades maiores na mobilização de recursos para todo um leque de actividades. Metade dos recursos para os “laboratórios associados” provêm também dos fundos estruturais europeus, e o Governo Português comprometeu-se a criar até 2006 um total de 40 “laboratórios associados”, existindo até à data apenas 14. O futuro dos estudos africanos em Portugal parece nesta constelação depender numa medida possivelmente decisiva da constituição de um (e idealmente mais) “laboratórios associados”, o que poderá eventualmente passar por uma iniciativa (ou iniciativas) comum (comuns) de diferentes centros⁵.
- Já na fase de preparação desta modalidade institucional, é de importância fundamental que os centros de estudos africanos procurem ter uma participação activa nas chamadas “redes temáticas” de investigação, fórmula esta cuja promoção já começou a ser iniciada pela FCT, com as temáticas das minorias étnicas e da migração, e cuja continuação e ampliação dependerá numa parte considerável da

⁵ Não significa isto, bem ao contrário, que se deva negligenciar uma estratégia iniciada no âmbito do ISCTE, a partir de 1997, e que faria sentido também no âmbito de outras universidades, a saber, a criação de unidades departamentais de estudos africanos cujos docentes podem dedicar-se exclusivamente a este domínio e desempenhar funções importantes no quadro dos centros de estudos. O problema que se coloca na conjuntura presente é, porém, o de que a criação e o desenvolvimento deste tipo de unidades estão a ser dificultados de forma extrema. Tanto mais importantes são todos os esforços para aumentar a presença, noutros tipos de unidades departamentais, de docentes que possuam uma competência específica no domínio dos estudos africanos.

capacidade de articulação das próprias instituições de investigação - inclusive para efeitos de pressão sobre as instâncias decisórias⁶.

- Simultaneamente, a criação de uma biblioteca especializada de estudos africanos, de adequada envergadura, revela-se cada vez mais como uma *conditio sine qua non* de uma consolidação dos estudos africanos em Portugal. Como é sabido, as três “Unidades de I & D”, acima referidas, apresentaram à FCT, já em inícios de 2002, um projecto comum neste sentido, registando-se entretanto vários sinais que apontam para a probabilidade de uma resposta positiva, dentro de mais algum tempo.

É em função das metas institucionais atrás enunciadas, e à medida em que estas forem alcançadas, que as entidades presentemente activos em estudos africanos, e inclusive às pessoas vocacionadas para assumir responsabilidades neste domínio, deverão definir e continuamente repensar as suas estratégias. Partindo, evidentemente, das potencialidades já existentes - e, *last not least*, de critérios de ordem científica.

São critérios desta índole que, porventura mais ainda do que os imperativos de natureza institucional, fazem da investigação a prioridade das prioridades, no campo dos estudos africanos. Em termos de princípio, trata-se aqui de um postulado que ninguém contestará, e que os centros de maior saliência não se têm cansado de afirmar. Com algum recuo crítico é porém forçoso reconhecer que a aplicação efectiva deste princípio nem sempre tem sido consequente, e que o cenário actual é a este respeito bastante heterogéneo. A par dos imperativos a nível de consolidação institucional, é portanto necessária inscrever na agenda dos estudos africanos em Portugal o do aproveitamento de todas as oportunidades e de todos os recursos humanos, materiais e simbólicos, de que já se dispõe e que são muito significativos, para um desenvolvimento sistemático da investigação interdisciplinar em ciências sociais sobre África, a todos os níveis e lançando mão de todas as modalidades úteis.

Quanto a temáticas, parece indiscutível a necessidade continuar e desenvolver linhas de investigação que tiveram algum destaque desde meados dos anos 90, como a política, as sociedades urbanas, as sociedades rurais e a formação de empresariados. pondo a proveito as competências e motivações evidenciadas e criadas nestas áreas. Convém dar uma importância maior à investigação (sempre interdisciplinar) sobre temas económicos, com um certo relevo para a economia informal, sobre a complexa problemática da “sociedade civil”, sobre as relações internacionais dos países africanos (entre eles e com

⁶ Neste contexto, convém referir que os 14 “laboratórios associados” actualmente existentes constituíram há pouco um Conselho dos Laboratórios Associados que assume explicitamente como uma das suas funções as de um grupo de pressão a favor de uma política governamental propícia ao desenvolvimento da investigação científica em Portugal. E para os estudos africanos, é preciso registar como toda a atenção a iniciativa recentemente tomada pelos dois “laboratórios associados” existentes nas ciências sociais, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, no sentido de promover uma articulação entre eles e com o conjunto das “Unidades de I & D” existentes em ciências sociais. Esta iniciativa deverá proximamente desembocar na criação de um conselho nacional das ciências sociais que terá como um dos seus primeiros objectivos o de favorecer a criação de mais redes temáticas no seu domínio de competência. É obviamente de um interesse vital para os estudos africanos, presentes desde o início, desenvolver neste quadro uma participação activa.

outros países, inclusive com as instituições internacionais), sobre as dinâmicas religiosas na África contemporânea, sobre as actuais mudanças demográficas (e as suas causas e consequências), sobre a educação como mecanismo societal e sobre outros aspectos, por vezes de algum modo já presentes na investigação até à data realizada, mas que parecem exigir um desenvolvimento maior, pela importância de uma criação mais ampla e aprofundada de saberes científicos sobre a respectiva matéria.

Para além da questão das linhas temáticas, colocam-se hoje três desafios à investigação em estudos africanos realizada em Portugal.

- O primeiro é o de ultrapassar decididamente a tradicional limitação aos países de língua oficial portuguesa. A inicial concentração sobre as antigas colónias foi tão compreensível e inevitável em Portugal como o foi em França, no Reino Unido e até na Itália. E é preciso ter em consideração que, no decorrer dos anos 90, já começou a realizar-se, em Portugal, alguma investigação sobre outros países africanos - nomeadamente a África do Sul, o Botswana, o Burundi, a Costa de Marfim, a Etiópia, a Guiné-Conakry, o Ruanda, a Senegâmbia e o Zimbabwe. Por enquanto, estes trabalhos ainda não representam mais do que uma parte reduzida da produção científica, e é importante que esta proporção aumente passo a passo - naturalmente sem que a África Lusófona deixe de ocupar um lugar de grande destaque.
- O segundo está de algum modo ligado ao primeiro e consiste em desenvolver uma dimensão por ora apenas incipiente, a saber, a interligação da investigação sobre África, realizada em e a partir de Portugal, com a realizada noutros países - quer no Hemisfério Norte, quer na própria África.
- E o terceiro consiste em aumentar consideravelmente o investimento teórico, no âmbito dos estudos africanos em Portugal. Em vez de remeter-se ao lugar de "consumidor" ou "utente" da produção teórica - ou seja, da elaboração de instrumentos analíticos adequados à realidade africana - verificada noutros países, é imprescindível passar para uma participação activa na reflexão internacional em curso na matéria, através de contribuições próprias. É certo que já se registam primeiras iniciativas neste sentido, p.ex. em relação à (re) constituição dos espaços políticos, à economia informal, à desagregação / recomposição de sociedades rurais, às relações internacionais de África e à aplicabilidade à África da teoria do sistema-mundo, mas está-se ainda muito longe de uma presença generalizada desta preocupação no conjunto da investigação africanista.

A seguir à investigação, os estudos africanos em Portugal devem continuar a dar altas prioridades às publicações e às diferentes formas de debate científico (conferências e colóquios, mesas redondas e seminários etc.). Até à data, é globalmente este último que tem tido um destaque maior, e os impulsos daí resultantes bem como o *networking* nacional e internacional que permitiu, tem sido decisivos para o desenvolvimento de todo o domínio dos estudos africanos, inclusive para a investigação. Sendo de relevância primordial manter esta tradição, é no entanto urgente que se aproveite o embalo verificado nos últimos ano no campo das publicações seja aproveitado para um

crescimento e uma consolidação, para os quais a produção (efectiva e potencial) de manuscritos constitui uma base plenamente adequada. Para ambas as actividades, a das publicações e a do debate científico, valem obviamente, por analogia, as observações acima feitas em relação à investigação.

O quadro aqui esboçado constituiria um torso se não se falasse da formação em estudos africanos. É certo que, depois de 1975, as pessoas que se empenharam na lenta construção daquilo que hoje é uma nova área do saber científico, provinham de formações disciplinares diversas, e não de uma formação em estudos africanos. É certo também que estas trajectórias - de uma formação disciplinar para estudos africanos interdisciplinares em ciências sociais - continuaram e continuarão a verificar-se em muitos casos. Mas é também certo que as iniciativas de formação em estudos africanos - primeiro a nível de mestrado, a seguir a nível de doutoramento, e hoje também a nível de licenciatura - têm sido de importância fulcral para a constituição da massa crítica de competências africanistas hoje disponível. O domínio dos estudos africanos em Portugal têm por conseguinte um interesse vital em que a formação africanista continue a desempenhar o seu papel, crescendo e diversificando-se para lá do ponto actualmente alcançado. Sendo cada vez mais claro que não se pode tratar de, por assim dizer, encaminhar os “produtos acabados” da formação para a investigação, o debate científico e as publicações, mas que é necessário intensificar sistematicamente a interacção, no domínio dos estudos africanos, entre a formação, a investigação, o debate científico e as publicações.

Lisboa, 21/10/2003